

Leonardo Schiocchet
PPGAS/UnB

Se a década de 1980 – sobretudo por conta da guerra Irã-Iraque (1980-1988) e os conflitos Israel-palestinos – trouxe o Oriente Médio para o centro das atenções, a década de 1990, segundo Faleh A. Jabar e Hosham Dawod – editores de *Tribes and Power* – marcou definitivamente a emergência da consciência da importância do “fator tribal” para a região. Neste sentido, é lícito pensar que 2003, não exatamente uma calmaria depois da tempestade de eventos que abalaram o mundo vindos do Oriente Médio, é um ano mais do que propício para a publicação desta coletânea por uma editora de Londres (Saqi). Nove dos doze artigos dialogam mais diretamente com o Iraque, enquanto outros três, tratam do Irã, Líbia, Arábia Saudita e Marrocos; o conjunto fornece um amplo panorama da região e do islamismo.

Alguns pontos em comum justificam a publicação dos doze artigos em um único volume, apesar das nítidas nuances entre os autores – renomados professores e pesquisadores das áreas de sociologia e sobretudo da antropologia de importantes centros europeus de produção de saber sobre o Oriente Médio. Dentre os principais pontos de acordo entre os autores se destaca uma definição e uma posição teórica mais ou menos definida (ainda que por vezes implícita) bastante interessante e produtiva sobre a idéia de “tribo” e sua dinâmica social na região. É emblemática a definição de Sabahi: “um estado de espírito, uma construção da realidade, um modelo para a ação, uma forma de organização social essencialmente oposta àquela do Estado centralizado” (2003: 234). Sabahi analisa a relação de nômades iranianos com programas de educação. O fato de outros autores da coletânea apontarem haver continuidades entre tribo e estado

em outros casos etnográficos caracteriza um ponto forte do livro, dadas suas nuances etnográficas e epistemológicas, a riqueza da apresentação de casos diferentes não excluem preocupações comuns com questões fundamentais como esta da “tribo”.

Outro ponto em comum entre os autores é sem dúvida a idéia de que o processo de “re-tribalização” desafia a idéia de que a modernização é algo como um rolo compressor que, por onde passa, esmaga as estruturas sociais e os traços culturais locais. Pois “*as tribos podem mudar flexivelmente*” (Jabar & Dawod), de acordo com a relação de interação efetiva que marca cada evento trazido pela “modernidade” – geralmente associada à imposição de um Estado centralizado por parte do governo colonial inglês –, como aparece sobretudo nos artigos de Bruinessen, Fuccaro, Dodge e Karim sobre iraquianos e curdos.

Deste posicionamento surgem idéias como as seguintes: para Dodge, de maneira bastante foucaultiana ou mesmo peirceana, o significado de uma categoria homogênea de “tribo” apenas foi dado “pela marginalização de outras categorias mais ambíguas”, o que teria “criado uma ‘verdade’ pela supressão de outras verdades concorrentes” e, com isso, essencializando nossa visão da estrutura social iraquiana (2003:258, 262); para Madawi al-Rasheed, a terminologia da literatura sobre as sociedades árabicas, por basear-se em uma dicotomia simplista entre *badu* (nômades pastoris) e *hadar* (habitantes dos oásis, cidades e vilas), acabou por “reduzir a população árabe ao tribalismo e ao nomadismo”, criando assim uma “concepção errônea” sobre a população árabe e sobre as próprias idéias de tribalismo e de nomadismo (2003:214); para Bonte, que as facções tribais são resultado de alianças com fins políticos (2003:62); ou Karim, para quem, também por conta do engessamento do entendimento acadêmico sobre algumas categorias nativas e da militância de escritores iraquianos nacionalistas, as próprias lealdades inter-tribais foram descritas de maneira extremamente essencializadas, não atentando para o fato de que as alianças se davam ao nível local, obedecendo muitas vezes a interesses específicos para além de uma ideologia ou uma identidade comum, o que explicaria mesmo o freqüente realinhamento das alianças - enquanto alguns grupos xiitas, por exemplo, se alinharam temporariamente ao governo britânico durante o grande levante de 1920, outros se alinharam aos revolucionários (2003:294-295).

Os vários artigos também fazem contribuições importantes para a discussão sobre o lugar que ocupam noções como “estrutura” e “estratégia” na(s) sociedade(s) árabe(s). Conte, por exemplo, sustenta que a famosa polêmica sobre a especificidade do chamado “casamento árabe” seria um grande mal-entendido por ser tomado sempre enquanto uma abstração e não a partir de sua prática. Isto porque, segundo Conte, apesar da preferência pelo casamento com primos patrilaterais, no plano empírico várias estratégias para a manutenção e estabelecimento de outras alianças acabam por se operacionalizar. Estas estratégias não causam nenhum

tipo de constrangimento moral, ou mal estar em relação ao fato de o casamento com a FBD não ocorrer, como testemunha o próprio exemplo do casamento de Khadija – a primeira mulher de Muhammad e a primeira a se converter ao Islã (2003:32, 43, 44). Conte oferece exemplos para o argumento de que, se há constrangimento, ele só existe no plano das regras, mas não no plano da prática.

Por outro lado, para Brown, a própria noção de “tribo” aparece como uma construção, uma mistura entre o “real” e o “imaginado”, que este autor trata como sinônimos de “estratégia” e “estrutura”. Diz ele, “uma ‘tribo’ no Marrocos é basicamente uma estratégia de relações sociais muito mais do que uma estrutura composta destas relações” (2003:207, 206). Sobre esse assunto também Dawod tem algo a dizer, pois procura explicar em seu artigo a escalada e a manutenção do poder de Saddam Hussein a partir do uso que fez da idéia de tribo. Para ele, o “a reativação e a manipulação do ‘fator tribal’ foi a arma secreta de Saddam Hussein para sua sobrevivência política”. E completa mostrando que noções como as de “organização tribal, clã, linhagem, casa [maison], parentela [parentèle] e a análise de suas implicações reais e ficcionais” se impõem ao antropólogo interessado no estudo do Iraque (2003:115).

Para além disso, a perspectiva geral do livro é bastante marcada pela idéia de que tudo ganha sentido a partir do conflito territorial interétnico. Enquanto Frederick Barth desenvolveu seu conceito de “identidade contrastiva” também a partir de seu estudo sobre o Oriente Médio, tendo como foco central a preocupação com a manutenção da identidade étnica (sobretudo tendo em vista seus estudos comparativos entre os Pathan e etnias como os Baluchi), os autores de *Tribes and Power*, de maneira geral, parecem tender a concordar com Fuccaro quando esta aponta para o fato de que “a perspectiva da etnicidade é por si só essencialista, já que focaliza-se em grupos definidos pelas suas fronteiras culturais e sociais”, o que acarretaria analisar “a fragmentação ao invés de adotar uma perspectiva holística nos desenvolvimentos políticos e sociais” (2003:189).

A análise histórica da mudança e/ou da manutenção das estruturas sociais é crucial para dar sentido às análises teóricas e sobretudo aos casos empíricos trabalhados no livro. Como uma consequência por vezes indesejável – dependendo da perspectiva de cada autor –, correntemente reaparece a idéia de “retribalização” ou de “sociedade destribilizada” (Jabar 2003:78) – esta última lembrando muito o clássico conceito de “aculturação” da década de 30 em muitas das suas implicações práticas. Sobretudo a idéia de “cultura destribilizada” não se sustenta, segundo especialistas, a partir da ótica de uma pesquisa de campo que leva em conta a diversidade das relações sociais em uma mesma sociedade. Em que pese o conflito interno do antropólogo que critica o próprio nativo sobre a visão que tem da sua própria sociedade, esta crítica se aplicaria sobretudo ao texto do sociólogo iraquiano Faleh A. Jabar.

Jabar parece tratar também do tribalismo como algo que estruturou a sociedade iraquiana, esteve ausente por um período e que só retornou à cena muito recentemente, e não como um princípio que sempre esteve ali operando de uma ou outra forma em contraste com o ideal de nação imposto pelo Império Colonial Britânico. Ou seja, Jabar fala em re-tribalização assim como se fala por vezes em pós-modernidade; como uma etapa histórica do surgimento (dentre outras coisas) das organizações em redes, como se elas nunca estivessem estado ali antes, sem atentar para o fato de que reforça a reflexão a respeito de um conceito pela importância (sociológica inclusive) que tal conceito tomou em um dado contexto. Aliás, vale lembrar que em pelo menos em três outros textos do livro o conceito de redes aparece ligado a organizações tribais (Bruinessen 2003:178; Dawod 2003: 125, 137 e Sakai 2003:137, 140).